

As Teorias de Relações Internacionais: a busca pelo desenvolvimento prometido.

Eduardo Luiz Biscouto¹

Resumo: Ao levar-se em consideração as práticas político-econômicas internacionais, observa-se a constituição de um quadro segregacionista entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As organizações internacionais e os modelos econômicos sugeridos são envoltos em um contexto de poder que favorecem as nações de capitalismo avançado. O contexto internacional – analisado no presente artigo através das teorias de relações internacionais (realismo, imperialismo e interdependência) – corrobora para a perpetuação de qualquer projeto das nações mais fortes. O desenvolvimento, apesar de ser anunciado com frequência, é impossibilitado pela estrutura de poder entre os Estados e impedido pelas falhas incapacitantes dos modelos econômicos.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Teoria Realista; Teoria Imperialista; Teoria Interdependentista; Subdesenvolvimento.

1 Introdução

As relações internacionais ocorrem sob diferentes níveis e possibilitam trocas entre os Estados de cunho material ou cultural que podem vir a proporcionar ganhos ou perdas a todos. Ademais, considerando a disparidade de poder entre os Estados os efeitos destas relações são, com frequência, desiguais e até mesmo maléficos.

As teorias de relações internacionais são um meio teórico de analisar a constituição destas relações e seus efeitos. Sob diferentes prismas e através de diferentes posicionamentos ideológicos foram traçadas teorias que visam demonstrar a instrumentalização das forças nacionais para melhor beneficiar-se do sistema internacional.

A seguir buscar-se-á o entendimento da relação entre as teorias das relações internacionais e o problema do subdesenvolvimento econômico mundial, pois a política e a economia internacional estão inseridas neste contexto de poder entre as nações. Para isso optou-se por trabalhar com três

¹ Graduado em Relações Internacionais na Faculdades Integradas Curitiba.

das principais teorias das relações internacionais, a saber: a teoria realista, a teoria imperialista e a teoria interdependentista. A escolha destas teorias ocorreu pelo fato das mesmas serem irreconciliáveis e, por isso mesmo, abrangeram um vasto leque de explicações para o problema em questão. O objetivo aqui desejado é explicitar de maneira ampla os princípios que norteiam as relações entre os Estados, pois a mesma relação vista por prismas diferentes, resultam em análises distintas.

2 A teoria realista das relações internacionais

A Teoria Realista das relações internacionais se desenvolveu a partir do período moderno da história européia, durante o qual as nações economicamente mais avançadas do ocidente do Velho Continente expandiram seu domínio e poderio sobre as demais regiões do planeta. Naquela época, a prática de governar visando o poder do Estado estava enraizada de tal maneira nestas sociedades que um governante poderia ignorar preceitos morais e jurídicos para a manutenção da estabilidade interna. A tendência de subjugarem questões éticas em prol do interesse nacional traduzia um princípio de governo que se definia como ‘Razão de Estado’, e materializava uma prática de ‘política de potência’ de Estado. Não necessariamente um Estado se tornava violento em suas relações externas, porém, dentro desta lógica da ‘Razão de Estado’, devia sempre estar pronto para aplicar a força.

Em conclusão, é no contexto das relações internacionais, caracterizado por uma situação de anarquia estrutural, que o comportamento segundo a Razão de Estado – definível como a subordinação de qualquer outro valor à necessidade da segurança externa do Estado – se manifesta com maior clareza e abrangência, ou seja, se torna regra e não exceção.²

Conforme alertava Maquiavel, na primeira metade do século XVI, o papel do governante era escolher os momentos e o modo mais adequado de utilizar-se da prerrogativa da força para garantir a defesa dos interesses nacionais.

² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 5. ed. Brasília: UnB, 2000. p. 1070.

Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes, a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem.³

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um dos precursores da teoria política e da teoria contemporânea do Estado. Suas idéias ofereceram as bases sobre as quais iriam florescer a teoria realista das relações internacionais. Em sua obra, *O Príncipe*, ele introduziu uma nova filosofia sobre como o regente devia administrar o Estado. Inicialmente sua obra foi rejeitada pela maioria dos líderes nacionais. No entanto, mesmo com a repulsa pública desta, os líderes políticos tinham como prática usual fazer o que Maquiavel defendia, muito embora não apreciassem anunciá-lo.

Dentre as reflexões apresentadas por Maquiavel, está a idéia da solidez da ação do soberano em relação às incertezas que podem abalar a estabilidade de seu governo. Todavia, esta nova formalização da maneira de agir do soberano é intensificada quando se analisam as ações entre os Estados. É importante frisar que para Maquiavel a relação entre Estados é historicamente conflituosa – como demonstram suas análises sobre as sociedades grega e romana – sendo seus conselhos voltados para que o domínio externo seja mais eficiente. Após a conquista de um território ele aconselhava:

Quando se conquistam Estados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdade, há três modos de manter-se a sua posse: primeiros – arruiná-los; segundo – ir habitá-los; terceiro – deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos, que se conservem amigos. Tendo sido esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não poderá viver sem a sua amizade e o seu poder e, naturalmente, tudo fará para mantê-lo.⁴

Nos conselhos de Maquiavel há a idéia nítida de que a ocupação de territórios estrangeiros deve ser um objetivo constante do soberano. Para a vida próspera de um Principado seria necessário buscar sempre a expansão a qualquer custo. Segundo o autor: “Destarte todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram.”⁵ Continuando, “Deve, pois, um

³ MACHIAVELLI, Nicollò. *O Príncipe*. 35. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 98.

⁴ *Ibid.*, p. 42.

⁵ *Ibid.*, p. 46.

príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática, a não ser a guerra, o seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem comanda”⁶. Fica evidente na construção do Estado moderno que o idealismo não imperava e sim o realismo político, se sobressairia quem demonstrasse melhor habilidade para reger seus recursos.

Outro autor de grande importância no debate sobre a formação do Estado moderno e também adepto da teoria realista de Estado foi o inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Em suas obras há uma constante preocupação com a explicação da origem e função do Estado. Para o autor o objetivo de se criar esta estrutura social denominada de Estado é a segurança dos indivíduos. Hobbes caracteriza as pessoas como egoístas, ambiciosas e capazes de tudo para atingir seus objetivos. Seria necessário que estes indivíduos cedessem parte de sua liberdade para esta instituição superior se quisessem ter segurança. Para ele, somente um pacto de não agressão seria insuficiente. Portanto, faz-se necessário o poder coercitivo que imponha a paz:

Entretanto, se existir um Poder acima daquele dos contratantes, com força e direito suficiente para impor o cumprimento do Pacto, ele não será nulo. Apenas as palavras são insuficientes para fazer com que seja garantido o cumprimento por ambas as partes. Assim, as palavras são fracas diante da ambição, avareza, cólera e outras Paixões do Homem, se estes não sentem o temor de um Poder coercitivo; esse poder não existe na condição de mera Natureza em que todos os homens são iguais e juizes da retidão de seus próprios temores.⁷

Em a *História das Ideologias*⁹ a teoria de Hobbes é contextualizada com o seu período histórico. Dado que suas idéias amadurecem durante o período de consolidação da sociedade capitalista na Inglaterra, período marcado pelas convulsões sociais e políticas da Revolução Puritana, Hobbes é levado a identificar o estado de coisas da sociedade em que vive como um estado de natureza vil, cruel e enfadonho, contraditório aos interesses das classes mais abastadas. Seria, portanto, necessário ao homem buscar a todo

⁶ Ibid., p. 86.

⁷ HOBBS, Thomas. *Leviatã*, ou, A matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2000. p. 103.

⁹ POKROVSKI, V. S. *História das Ideologias: decadência do feudalismo e revoluções burguesas*. 4. ed. Lisboa: Editora Estampa, 1977. p. 26-34.

custo o fim dos conflitos e encontrar a paz na reestruturação do Estado. Na sua teoria é imprescindível o poder absoluto do Estado, pois só desta maneira seria possível o controle para por fim ao estado de natureza em que os homens seriam levados a viver se deixados ao governo do livre arbítrio. Uma vez estabelecida a segurança interna dos nacionais seria preciso se resguardar de ameaças externas:

Em quinto lugar (...) Constitui Direito de qualquer homem ou assembléia que detenha a Soberania julgar todos os meios para a Paz e a Defesa, bem como tudo que possa causar perturbação ou dificuldade, pois essa é a Finalidade da Instituição, pois quem tem Direito a um Fim, tem Direitos aos meios. Quem detém a Soberania pode fazer tudo que considere necessário fazer, antecipadamente, para a preservação da Paz e da Segurança, [sem grifo no original] mediante a prevenção da Discórdia no interior e da Hostilidade exterior, bem como tudo que for necessário para recuperar a Paz e a Segurança, se estas forem perdidas.

Em sexto lugar, é competência da Soberania julgar quais opiniões e doutrinas são contrárias à Paz, e quais lhe são propícias. (...) Nem mesmo a mais brusca e repentina introdução de uma nova Verdade pode quebrantar a Paz e, em algumas ocasiões, suscitar a Guerra.¹⁰

Em nono lugar, o direito de fazer a Guerra e promover a Paz com outros Estados pertence à Soberania. Isto é, o Direito de Julgar quando a Guerra, corresponde ao bem comum, e qual a quantidade de forças devem ser reunidas, armadas e pagas para este fim, e de obter dinheiro entre os Súditos, a fim de pagar suas despesas.¹¹

Contudo, dentro da exacerbação do poder soberano de cada Estado fica difícil delimitar até onde o soberano pode ir. Dado que os desejos dos homens são ilimitados e só uma força coercitiva pode barrá-los fica a pergunta: se dentro dos territórios nacionais a força coercitiva é o Estado, qual é a força coercitiva que irá deter os ímpetus humanos no cenário internacional? Nesse aspecto Hobbes é enfático, em particular quando analisa a questão das relações comerciais envolvendo a importação de matérias-primas:

Essa Matéria, conhecida geralmente por Bens, é, em parte, *Nativa* e, em parte, *Estrangeira*. É *Nativa*, quando obtida dentro do Território do Estado,

¹⁰ HOBBS, Op.cit., p. 131.

¹¹ Ibid., p. 132.

e, Estrangeira, quando importado do exterior. Não existindo território algum sob o Domínio de um Estado (a não ser que a extensão seja imensa) capaz de produzir tudo o que for necessário para a manutenção e movimentação do Corpo inteiro, e sendo poucos os que não produzem nada além do necessário, os bens supérfluos que se obtêm no interior deixam de ser supérfluos e passam a suprir as necessidades internas, mediante a importação tudo pode ser obtido no exterior, seja através de Troca, de uma Guerra justa ou do Trabalho. [sem grifo no original]¹²

Dada a competição constante entre os Estados, práticas como esta são freqüentes fazendo com que a expansão dos Estados mais poderosos seja recorrente e que os demais Estados sofram com a atuação dos mais fortes. Nações fortes colocam o conforto de seus nacionais acima da segurança do mundo. Esta visão individualista transforma o mundo em um grande campo de batalha, onde somente os mais fortes podem sobreviver. Como registra o sociólogo Max Weber: “Entre as várias estruturas políticas coexistentes, algumas, as Grandes Potências, habitualmente se atribuem, e usurpam, o interesse pelos processos políticos e econômicos dentro de uma ampla órbita. Hoje, essas órbitas abarcam toda a superfície do planeta”¹³.

2.1 A teoria realista de política internacional

Uma vez apresentados alguns dos mais relevantes princípios da ciência política clássica, responsáveis pelo entendimento da ação do governante e da base teórica que pautou o realismo, busca-se agora a sistematização do realismo como teoria de relações internacionais consoante modelo desenvolvido por Hans Morgenthau em seu já célebre artigo ‘Uma teoria realista da política internacional’.

Morgenthau analisa a teoria realista das relações internacionais através dos seus princípios. O primeiro deles sustenta que “O realismo político acredita que a política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que têm as suas raízes na natureza humana.”¹⁴, ou seja, as sociedades só podem mudar se forem compreendidas quais são as diretrizes que as fazem funcionar. O realismo crê na possibilidade de, através da

¹² Ibid., p. 180.

¹³ WEBER, M. Ensaio de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 189.

¹⁴ MORGENTHAU, Hans. Uma teoria realista da política internacional. In: Brailard, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. p. 132.

observação dos atos políticos dos homens de Estado, desvendar os reais objetivos das ações dos estadistas. Supondo que estes homens hajam através da razão pode-se – mantendo uma análise racional – chegar-se a uma teoria política consistente no que concerne a política internacional.

O segundo princípio rege o conceito de interesse e a sua relação com a política. Este conceito é importante para que se possa entender as ações políticas internacionais, dado que estas não são relações matemáticas previsíveis, de outra maneira “... não poderíamos distinguir entre os factos políticos e os não políticos e não poderíamos igualmente introduzir, pelo menos, um critério de ordem sistemática na esfera política.”¹⁵ Ademais, é necessário para a constituição da teoria política que sejam separados os interesses das preferências ideológicas e os interesses dos motivos. Pois para o autor, não é possível identificar os motivos dos outros, sendo estes mais psicológicos do que políticos. Cabendo aos motivos, um papel secundário que pode ajudar na investigação, mas não sendo o caminho norteador da análise.

Ao se julgar os motivos de um estadista, não se está necessariamente analisando a sua eficiência. Os motivos, por mais nobres que sejam, podem trazer dor aos nacionais e por isso a sociedade julga o efeito e não o motivo da ação. “Daqui decorre que, enquanto a ética, em abstracto, julga as qualidades morais dos motivos, a teoria política deve julgar as qualidades políticas da inteligência, da vontade e da acção.”¹⁶ Conclui-se pela primazia do *interesse nacional* sobre a *moral*, fazendo com que, na política internacional, haja uma diferenciação entre o possível e o desejável.

É evidente que nem sempre é possível separar as emoções e as motivações individuais de estruturas sociais tão complexas quanto os Estados, mas para uma teoria da política externa ser mais precisa é necessário haver critério e a razão é o critério da teoria política. Somente a razão pode maximizar as chances de sucesso de qualquer Estado, diminuindo assim, suas chances de sucumbir aos desafios internos e internacionais.

O terceiro princípio trata dos possíveis conflitos entre nações: estes podem surgir quando ocorrerem confrontos de interesses entre elas. Dentro do Estado-Nação há o apaziguamento de diversos interesses fazendo com que haja ordem e segurança. Este controle sobre os homens de um Estado

¹⁵ Ibid., p. 134.

¹⁶ Ibid., p. 137.

não pode ser reproduzido em escala internacional sobre os Estados. Para um realista, a resolução dos conflitos internacionais só ocorrerá se houver respeito às leis da realidade política. E não se deve buscar uma demagogia idealista que as ignorem, ou seja, a idéia de entidades supranacionais equivalentes ao Estado-nação deve ser desconsiderada, pois a soberania nacional não pode ser limitada. Não é mera coincidência que a defesa do realismo comumente ocorre em países fortes, assim, ao defender o conceito de soberania estatal intocável, também estão defendendo os seus interesses nacionais.

O quarto princípio determina que a moral pode ser aplicada às ações dos indivíduos, mas não às ações dos Estados. A estes não lhes é possível optar pela ética se esta pode comprometer a sua ação política. “O realismo político considera, assim, a prudência – a apreciação das conseqüências de diversas ações políticas possíveis – como a virtude suprema da política”¹⁷. Sendo a prudência mais relevante do que a ética de forma abstrata.

O quinto princípio observa que a tentativa histórica, da maioria dos Estados, de ditar qual deve ser a moral a ser respeitada nas relações internacionais é um contra-senso. Através da defesa de um princípio moral ou de um ideal, uma nação pode ruir a si mesmo ou a outros. Contudo, é justamente o interesse definido como poder que garante aos Estados a irresistível vontade de expandir sua moral sobre os demais.

O sexto e último princípio do realismo político traz consigo a precisão do sistema de estudo. Para que a teoria política possa ser viável é necessário que na análise, haja a preocupação com os demais campos das ciências sociais, pois “O homem real é composto do ‘homem econômico’, do ‘homem político’, do ‘homem moral’, do ‘homem religioso’, etc.”¹⁸, mas sem ausentar-se da prevalência do campo político para a análise realista.

2.2 A relação do subdesenvolvimento com a teoria realista

Como foi evidenciado acima, a teoria realista prima pelas questões políticas e militares – a chamada *high politics* – deixando em segundo plano aspectos de ordem moral. O subdesenvolvimento causado pela concentração de poder nas mãos dos Estados centrais é de ordem estrutural da sociedade ocidental burguesa. Durante séculos foi perpetuado este modelo de relações

¹⁷ Ibid., p. 144.

¹⁸ Ibid., p. 146-147.

internacionais pautado na força e com isso ocorreu o distanciamento dos países desenvolvidos dos subdesenvolvidos.

Tendo o Estado, preocupação central em atender os seus problemas antes de considerar a ordem internacional, observa-se à incapacidade de transformar os problemas internacionais também relevantes às nações fortes. Dentro deste contexto de primazia do interesse nacional, só chegaria a ações benéficas em foros internacionais se estas fossem importantes para os Estados mais fortes. Dentro da lógica do realismo as Organizações Internacionais são instrumentos de discussão para os problemas do mundo, mas não para a solução destes. Uma vez que um consenso possa ser prejudicial a um país forte, ele buscará saídas fora do ambiente multilateral. Não existe alternativa criada pela teoria realista para o fim do abismo entre ricos e pobres. Se a força estatal for considerada a maneira de se atingir os objetivos de um país pode-se esperar a continuidade do distanciamento entre ricos e pobres. Palavras demagógicas pró-desenvolvimento não visam acabar com as crises estruturais do sistema ocidental, com isso persiste a segregação econômica mundial. De um lado observam-se países que defendem meios de propagação do seu interesse nacional, até mesmo em foros internacionais, e do outro, países que podem ser vistos como objetos destas decisões, fontes para a manutenção do interesse nacional e conseqüentemente do poder nacional.

3 A teoria imperialista das relações internacionais

O estudo sistemático do imperialismo só surgiu no final do século XIX, apesar de muitos de seus efeitos poderem ser sentidos antes disto. No entanto, a intensificação deste processo ocorreu na década de 1870 com a ampliação do número de Estados que buscavam sua expansão territorial. Durante o período entre 1870 e 1945 as potências industrializadas redesenham o mapa do mundo, sendo sua política, o imperialismo, totalmente contra o princípio de auto determinação dos povos.

Pode-se dividir as correntes do imperialismo¹⁹ em dois grupos: os marxistas e os não-marxistas. Dentre as teorias marxistas encontra-se a *teoria do subconsumo* de Rosa Luxemburg, a *teoria leninista do imperialismo* e o "*capitalismo monopolístico*" de Baran e Sweezy. Já no grupo não-marxista estão: a *interpretação social-democrata* de Kautsky, a *interpretação liberal do imperialismo* de Schumpeter e a *interpretação*

¹⁹ Verbete Imperialismo. BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. Op. cit., p. 611-621.

baseada na teoria de Estado. Este capítulo concentrar-se-á especialmente nas teorias de caráter marxista, pois estas buscam uma saída não sistêmica, ou seja, estes autores identificam as crises sociais como sendo parte intrínseca ao sistema do capital e buscam um novo modelo. Por outro lado, os autores não-marxistas, buscam repetir projetos mal sucedidos de remediação das crises e não optam por alterar as causas do problema.

Neste estudo o foco central será dado ao imperialismo leninista que visa os conflitos gerados pela queda da taxa de lucro dos empresários. Isto significa que quando há a saturação de um mercado consumidor, não podendo obter-se aumento do ganho produtivo em um mercado surge a necessidade de expansão geográfica da influência de determinada economia. Através dos aumentos produtivos – atingindo-se os monopólios – e também através da aliança entre banqueiros e empresários chega-se ao instrumento capitalista fomentador do Estado imperial. Nas palavras do autor:

O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de território do globo, entre as maiores potências capitalistas.²⁰

O que se evidenciou no final do século XIX e início do XX foi a prática, cada vez mais comum, do imperialismo como extensão da política interna dos Estados. Esta pôde ser vista através de inúmeras guerras que objetivavam a manutenção, a qualquer custo, do poderio econômico e militar de um país.

Na realidade, o poder político não é aqui, tampouco, mais do que o veículo do processo econômico. (...) Este [o poder político] não só vem ‘gotejando, dos pés à cabeça, sangue e imundície por todos os poros’, mas se põem assim, passo a passo, ao mesmo tempo que prepara, em meio a convulsões cada vez mais violentas, sua própria ruína.²¹

²⁰ LÊNIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Global, 1985. p. 88.

²¹ LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 398.

3.1 A análise econômica do imperialismo

Analizando a economia internacional observam-se duas tendências de divisão do trabalho: a de condições naturais e a de condições sociais. A primeira decorre da diversidade natural de uma região, de seu clima e de seus recursos. É bastante natural assumir que determinado país irá produzir de acordo com suas capacidades físicas, pois seria quase impossível um país de clima extremamente frio tentar produzir, por exemplo, cana-de-açúcar. Dentro desta perspectiva o comércio internacional ocorreria de maneira menos conflitante, desde que cada país produzisse o que lhe é possível e houvesse a troca por outros produtos.

Contudo, este determinismo geográfico vem perdendo sua importância em relação ao comércio, devido à evolução da segunda forma de divisão do trabalho, a divisão referente às condições sociais. Esta diz respeito aos diferentes níveis de organização produtiva, estrutura econômica e cultura. Dentro da especialização técnica de uma sociedade, pode surgir um sistema produtivo mais eficiente que torne as trocas comerciais desiguais (desde que estas fossem feitas pelo seu valor de troca e não pelo valor de uso), isso acarretaria déficits na balança comercial dos países mais atrasados tecnologicamente. Sobre a relação entre condições naturais e sociais Ernst Friedrich notou:

É necessário acentuar bem que as condições naturais só têm importância relativa, no que diz respeito às relações de produção, ao comércio e ao transporte; em outras palavras, seu alcance, negativo ou positivo, depende, em larga medida do nível de "cultura" do indivíduo. Enquanto as condições naturais (medidas na escala humana de espaço e tempo) podem ser consideradas como valores constantes, o nível de cultura é uma variável e, por mais importantes que sejam as diferenças nas condições naturais dos países para a produção e circulação, as diferenças de cultura têm, relativamente, igual importância – e somente a ação combinada dos dois fatores provoca o fenômeno da vida econômica.²²

A divisão internacional do trabalho advém tanto desta especialização quanto das condições naturais, Marx definiu assim esta divisão "A partir do momento em que, *dessa ou daquela forma*, os homens

²² FRIEDRICH, Ernst. *Geographie des Welthandels und Weltverkehrs*. In: BUKHARIN, N. I. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986. p. 19.

trabalham uns para os outros, o trabalho adquire forma social”²³. Entretanto, quando há o desrespeito desta divisão de trabalho social, inicia-se um processo de abuso internacional voltado para a exploração.

Na evolução da economia internacional identifica-se a importância da internacionalização do capital, pois é pautada na sua movimentação que ocorrerá a dependência. A exportação do capital²⁴ se dá de duas maneiras: a primeira, sob a forma de capital-dinheiro e a segunda, sob a forma de capital-produtivo. A primeira forma diz respeito aos empréstimos internacionais feitos a instituições públicas. O dinheiro assim recebido por governos de diferentes países, pode ou não ser destinado a atividades que suscitarão aumentos de produção (não é coisa rara nos empréstimos internacionais a vinculação de créditos a determinados tipos de gastos improdutivos, como acontece no caso da compra de armamentos). Neste tipo de empréstimo há a contrapartida dos juros e, uma vez que não haja ganho produtivo para o país, pode-se atingir um círculo vicioso execrável, onde recursos futuros deverão ser destinados ao seu pagamento. Já na segunda forma de exportação de capital, o capital-produtivo, ocorre quando uma empresa internacionaliza suas ações, instalando-se e/ou investindo em um outro país. Dado que o objetivo de qualquer empresa é o lucro, estas o buscarão e, quando o atingirem, o remeterão ao seu país de origem.

O desenvolvimento das economias capitalistas passa, necessariamente, por um processo de concentração e centralização do capital. Marx diferencia estes conceitos²⁵ da seguinte forma: a concentração ocorre sob a forma de capital individual, i.e., empresários, independentemente de quantos operários estejam sob o comando do capitalista. Esta concentração beneficia diversos indivíduos que se apropriam da produção social de seus funcionários. Porém, devido à concorrência destes indivíduos, pode surgir a centralização, esta é diferente da concentração, pois sua fonte é diferente. A centralização é o acúmulo de capitais já existentes e concentrados nas mãos de alguém. Conclui-se que a centralização – efeito trazido pela concorrência entre empresários – pode prejudicar o sistema nascido sob a égide da livre concorrência, o capitalismo, passando por um processo inverso. Através da centralização, ou seja, da incorporação de outros agentes econômicos, surgem entidades

²³ MARX, K. O Capital. p. 55-56. In: BUKHARIN, Op.cit., p. 24.

²⁴ Sobre a exportação de capital ver: BUKHARIN, Op. cit., p. 37-38.

²⁵ MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 725-731.

econômicas de tal magnitude que são capazes de eliminar o seu elemento fomentador, a concorrência.

O surgimento dos monopólios ocorre desta maneira. A concorrência entre capitalistas individuais chega a tal ponto que ocorre a incorporação dos menores pelos maiores. “Com efeito, quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país tanto poderosos são os monopólios”²⁶. Portanto, aqueles que se julgavam detentores do processo decisório capazes de determinar o funcionamento do sistema econômico, fala-se aqui dos capitalistas, percebem não mais possuírem mecanismos de defesa se transformando em objetos da ordem capitalista. Sobre a incontrolabilidade do capital Mészáros escreveu:

Como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle sem sujeito. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos – para não mencionar as possíveis reservas críticas – do *pessoal* controlador que é chamado a traduzir estes imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital – sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido – só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente do seu maior ou menor grau de entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação da sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema. (...) O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. [Grifo do autor]²⁷.

Engels também identifica essa incontrolabilidade em uma nota em O Capital²⁸ ao versar sobre duas atitudes dos empresários já no século XIX. Primeiro, uma tendência universal de protecionismo das economias nacionais; e em segundo lugar, a disposição destes em criar cartéis e trustes. O que estas duas ações demonstram, é a amplitude irrefreável do sistema do capital que exige ações de resistência por parte dos empresários, mesmo que ineficientes.

²⁶ BUKHARIN. *Op. cit.*, p. 59.

²⁷ MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 125-126.

²⁸ MARX, p. 118. In: BUKHARIN, *Op.cit.*, p. 68.

A criação de monopólios só pode ocorrer com a centralização econômica nacional, ou seja, somente quando houver maturação dos quadros capitalistas, a ponto de proporcionar a incorporação de outros agentes. Contudo, vale frisar, não há intenção destes empresários em dominar apenas o seu próprio mercado, é evidente que o capitalismo tem uma dinâmica internacionalizante particular e dentro desta perspectiva busca expandir-se por todo o globo. Derivado deste processo centralizador nasce a necessidade do capital em se expandir, buscando seu maior rendimento: “Quando se envia capital ao estrangeiro, não se faz isso porque seja absolutamente impossível emprega-lo no país, mas porque se pode obter uma taxa de lucro mais elevada”²⁹. Para haver a perspectiva de investimentos internacionais, faz-se necessário uma superprodução de capital, isso possibilita que somente as economias mais desenvolvidas obtenham lucro, pois só estas poderiam investir em outros mercados.

Destarte, os investimentos estrangeiros não ocorrem por acaso. Eles advêm da incessante busca da manutenção e ampliação de um modo de produção atrelada ao capital financeiro.

O mesmo, evidentemente, pode dizer-se com respeito à guerra. A guerra é um meio de reprodução de certas relações de produção. A guerra de conquista é um meio de reprodução ampliado dessas relações. Ora, dar à guerra a simples denominação de guerra de conquista é inteiramente insuficiente, pela boa razão que fica por identificar-se o essencial, a saber: que relação de produção essa guerra fortalece e propaga, e qual a base dada ‘política de rapina’ é chamada a ampliar. (...) É conhecida a tese de Clausewitz: a guerra é a continuação da política, por outros meios. Ora, a própria política é a continuação ativa, no espaço, de dado modo de produção. [Grifo do autor]³⁰

Chega-se a um dos pontos centrais da teoria imperialista, a necessidade de expandir o território de uma potência capitalista para perpetuar a lógica de reprodução ampliada do capital. Esta conquista de zonas de influência passou por um período extremamente belicista no final do século XIX e início do século XX. Neste período, a concentração das intenções expansionistas atravessou um intento territorialista. A guerra de conquista era tida como instrumento legítimo de anexação territorial, mas o

²⁹ MARX, Karl. O capital. Livro terceiro. p. 277. In: BUKHARIN. *Op. cit.*, p. 87.

³⁰ BUKHARIN. *Op. cit.*, p. 105.

imperialismo analisa esta não como um fim em si mesmo, mas como um mecanismo de apoio à política interna de cada país.

Esta “necessidade” expansionista é nada mais do que o reflexo da vontade nacional de grandeza e riqueza. Os trustes nacionais precisam do acesso à matéria-prima e aos novos mercados consumidores para crescerem e, este ímpeto por ampliação no espaço de ação das empresas, impulsiona à guerra. Portanto, a incorporação de territórios é a tendência do desenvolvimento do capitalismo na época, cuja intensidade foi definida pelo nível de concorrência das economias nacionais.

Como se vê, também nesse domínio a nova fase do capitalismo agrava o conflito. O desequilíbrio entre a indústria e a agricultura, a concorrência dos países desenvolvidos visando à supremacia sobre os países atrasados, e o choque declarado entre eles são tanto mais violentos e inevitáveis quanto mais rápido é o desenvolvimento capitalista e quanto mais acentuado são nesses países a industrialização da economia e o desenvolvimento das cidades.

Ainda aqui, a expansão econômica aparece como a ‘solução’ dos antagonismos que levam infalivelmente à fase decisiva da política imperialista: a guerra. [Grifo do autor]³¹

Evidencia-se assim, a maneira de expansão das economias desenvolvidas, i.e., a maneira de aliciar outros Estados para sua zona de influência, transformando-os em mercados exclusivos.

As contradições da fase imperialista se manifestam sensivelmente nas contradições do moderno sistema de empréstimos exteriores. Estes são indispensáveis para a emancipação dos Estados que aspiram ser capitalistas e são, ao mesmo tempo, o meio mais seguro dos Estados capitalistas antigos exercerem sua tutela sobre os modernos, controlarem sua economia e fazerem pressão sobre sua política exterior e sobre sua política alfandegária e comercial.³²

3.2 Desmistificando o “subdesenvolvimento”

Para atingir uma visão mais completa do problema estrutural econômico que gera o subdesenvolvimento faz-se necessário desmistificar certos conceitos que levam a erros de interpretação das necessidades

³¹ Ibid., p. 86.

³² LUXEMBURG, *Op. Cit.*, p. 367.

econômicas. Nas sociedades capitalistas o título de “países subdesenvolvidos” é comumente utilizado de maneira errada, para Charles Bettelheim este título não corresponde à verdadeira condição destes países. O termo “subdesenvolvimento” sugere a idéia de atraso, ou seja, como se os Estados mais pobres estivessem no mesmo processo de desenvolvimento, mas apenas em um ritmo mais lento. Esta idéia pode ser refutada ao observar-se que os países, hoje considerados desenvolvidos, não estiveram em momento algum na mesma situação dos países ditos “subdesenvolvidos”, há cinquenta, cem ou duzentos anos atrás não identificar-se-ia situação semelhante. Para o autor seria correto utilizar o termo “países explorados, dominados e de economia deformada” ao invés de “países subdesenvolvidos”. Sobre os países ditos “avançados”:

A economia desses países industrializados não comportava nenhuma das características essenciais dos países ditos “subdesenvolvidos” (...) Esses países hoje industrializados não eram países economicamente dependentes. A estrutura da sua produção não comportava quaisquer dos setores hipertrofiados estreitamente vinculados a alguns mercados estrangeiros e fortemente penetrados de capitais igualmente estrangeiros. Essas economias não se desenvolveram ou estagnaram conforme a evolução do mercado mundial de tal ou qual matéria-prima ou produto bruto agrícola. Elas não suportaram a carga de pesadas obrigações exteriores (juros, dividendos, *royalties* pagos a capitalistas estrangeiros), a sua indústria nascente não teve de enfrentar a concorrência de indústrias poderosas já estabelecidas e dominadas pelo mesmo grande capital afora aquele que teria dominado suas próprias riquezas naturais. Essas economias não dependiam para sua reprodução ampliada de importações de equipamentos vindos do exterior. Se eram pouco industrializadas, nem por isso essas economias eram deformadas e desequilibradas, mas, ao contrário, integradas e autocentradas.³³

Pode-se dizer que o nível de vida nos países “subdesenvolvidos” está em atraso em relação ao nível de vida dos países “avançados”. Mas não que esta economia é atrasada, pois na verdade elas não evoluíram no mesmo sentido.

Esta distinção é de extrema importância porque através dela é que buscar-se-á a saída para o problema. Pois é através da identificação da real razão do subdesenvolvimento que os governantes deveriam criar as políticas

³³ BETTELHEIM, Charles. Planificação e crescimento acelerado. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 33.

econômicas. Sendo identificado que os países “subdesenvolvidos” estão num caminho diferenciado pautado na exploração, dever-se-ia abdicar das políticas dos países industrializados e buscar uma rota alternativa capaz de gerar o desenvolvimento necessário para os países pobres.

3.3 A relação do subdesenvolvimento com a teoria imperialista

A teoria leninista do imperialismo tem, diferentemente do realismo, a preocupação central com a geração do subdesenvolvimento. Na visão dos autores marxistas sobre as relações internacionais, o mesmo evento analisado pelos realistas, ou seja, as relações pautadas na força, possuem causas e conseqüências bastante diferentes. Através do prisma marxista a economia possui efeitos sobre diversos aspectos da vida social, inclusive a vida política. Desta maneira seria a partir dela que chegar-se-ia mais próximo a uma análise social precisa, pois seria por razões econômicas que surgiriam conflitos de natureza internacional. Para estes autores crer na guerra como um mero instrumento político é um reducionismo que não analisa as causas do problema, e sim exclui a análise científica do processo. Quando se pergunta o por quê de um conflito é preciso estabelecer as forças obscuras que se escondem por trás dos pretextos políticos.

Para os autores imperialistas, a impossibilidade de superação do subdesenvolvimento através de uma política de força do Estado, conforme pensavam os autores realistas, é uma idéia incompleta, na medida que as economias capitalistas desenvolvidas são impelidas a buscar ganhos competitivos. Por isso, faz-se necessário o fim do sistema capitalista – sistema estruturalmente falho, pois busca em sua essência a concentração de renda – para que haja qualquer possibilidade de desenvolvimento global e não somente dos mais fortes. O que ocorreu com a economia global durante o século XX foi a adaptação deste sistema de cooptação de mercados. Surgiram novas maneiras de aliança e associação mercadológica como foi visto durante a Guerra Fria.

Contudo, mesmo com o fim do estilo clássico de anexação de território através da guerra de conquista é cada vez mais corriqueira a influência de nações ricas sobre as pobres através de diversos meios coercitivos, sejam estes culturais, econômicos, militares, políticos, entre outros. Sobre o capitalismo e sua capacidade de desenvolvimento Rosa Luxemburg conclui:

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o

âmbito da terra [sic] e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a existência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. [sem grifo no original]³⁴.

4 A teoria da interdependência das relações internacionais

A teoria da Interdependência surgiu na década de 1970 com a obra *Poder e Interdependência* de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye. Estes autores foram os responsáveis pela sistematização da teoria, porém, Raymond Aron já havia introduzido a idéia de “sociedade transnacional” que viria a ser substituída pela teoria da interdependência.

O fato de esta teoria ter surgido neste período da história não foi mera coincidência, para que ela florescesse foram preciso importantes mudanças no quadro político-econômico. Até a década de 1960, com o auge da Guerra Fria, os atores mais importantes do cenário internacional, se não os únicos, eram os Estados. Dentro da lógica que antecedeu este período os Estados nacionais, de acordo com a questão de soberania nacional, monopolizavam o cenário internacional, não apenas na área política e militar, mas também na econômica.

O desenvolvimento do setor privado e da sociedade civil trouxe ao ambiente da política internacional novos atores que requisitavam espaço e, por possuírem grande influência e recursos, logo se transformaram em agentes internacionais. A teoria da interdependência foi a primeira a considerar outros atores internacionais além dos Estados. Para eles, empresas transnacionais e organismos não-governamentais, entre outros, foram capazes de acender no cenário internacional desafiando a antiga, e intocada, soberania estatal transformando-se também em atores das relações internacionais.

Segundo Keohane e Nye a idéia de interdependência é utilizada por políticos como retórica para justificar ações contra grupos de interesses, sendo a interdependência uma maneira de amenizar os conflitos entre diferentes partes. Porém, os autores não defendem esta tese, para eles a interdependência pode até mesmo aumentar os conflitos, apenas estes ocorreriam de um modo diferenciado.

³⁴ LUXEMBURG, *Op. Cit.*, p. 410.

"In common parlance, *dependence* means a state of being determined or significantly affected by external forces. *Interdependence*, most simply defined, means *mutual* dependence. Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries"³⁵. Esta definição de interdependência é caracterizada não somente pela estrutura das relações entre agentes, mas pelo fim adquirido por elas. O foco central da análise está na permuta de consequências, ou seja, não há relação sem efeito.

Entretanto, observa-se neste modo de análise falta de preocupação com o grau de intensidade das consequências causadas, como se pode observar com as palavras dos autores: "Where there are reciprocal (although not necessarily symmetrical) costly effects of transactions, there is interdependence."³⁶. Não é possível determinar *a priori* se os benefícios de uma troca superarão os seus custos. Tudo dependerá da natureza da relação, mesmo assim não há nada que garanta que os benefícios sejam mútuos.

Identificado a questão da não simetria de efeitos, ressalta-se a forma em que a disparidade aparece e influencia as relações internacionais. Agentes menos dependentes de qualquer fator externo podem se beneficiar em transações. Supondo que o país A possua baixa necessidade dos produtos do país B, em uma negociação, o país A poderá manter sua posição para atingir seus objetivos, pois sentiria menos os efeitos da perda de tal parceiro, luxo ao qual, o país B não pode se dar dado sua vulnerabilidade. Isto serve, não somente como uma maneira de defender-se buscando sanar suas deficiências, mas também como um meio de ataque para alcançar ganhos em qualquer negociação. "An attempt to manipulate asymmetrical sensitivity interdependence without regard for underlying patterns of vulnerability is likely to fail"³⁷. Aqui há uma diferenciação a ser feita sobre a questão da *sensibilidade* e da *vulnerabilidade* de alguns agentes em relação aos outros. Ambas têm um significado bastante próximo, ou seja, a possibilidade de sentir os efeitos na mudança do cenário

³⁵ KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 3. ed. New York: Longman, 2001. p. 7. "De maneira geral, *dependência* significa o estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. *Interdependência*, de maneira simplificada, significa dependência *mutua*. Interdependência na política mundial refere-se a uma situação caracterizada por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países." Tradução livre.

³⁶ *Ibid.*, p. 8. "Onde há reciprocidade (embora não necessariamente simétrica) de efeitos de custos das transações, há interdependência." Tradução livre.

³⁷ *Ibid.*, p. 14. "Uma tentativa para manipular a sensibilidade interdependente assimétrica sem perceber os caminhos não óbvios da vulnerabilidade está fadada ao fracasso." Tradução livre.

internacional. A diferença está no grau em que tal mudança possa afetar o agente, sendo importante que este busque minimizar suas vulnerabilidades e sensibilidades para atingir a independência.

Na busca da independência – i.e., fim da vulnerabilidade externa – os atores estatais poderão selecionar diferentes meios para atingir seus objetivos e sua liberdade. As decisões a serem tomadas podem variar de acordo com os riscos implícitos; estas escolhas variarão dependendo dos possíveis benefícios angariados. Se há algo de extrema importância a ser atingido por um país ele não irá medir esforços para atingi-lo, podendo até mesmo ser usada a força militar para que isso ocorra. Contudo, de acordo com a redução da importância do objetivo, métodos menos custosos serão aplicados.

Outra característica deste mundo interdependente que os autores tratam é a possibilidade de conexão entre temas. Em termos práticos isso representa um poder de barganha: caso um agente, em uma negociação, deseje adicionar questões que não seriam tratadas separadamente, ele pode – desde de que tenha influência o suficiente – criar uma espécie de pacote, onde ele somente aceita algo se seus interesses paralelos forem atendidos. Sendo as questões econômicas atreladas a temas políticos, sociais, culturais, etc. observa-se a dificuldade de negociação nas relações interdependentes. Importante ressaltar que relações complexas geram consequências complexas, isto pode trazer dificuldades a agentes menores e no caso dos Estados só seria possível se beneficiar de negociações feitas por organismos multilaterais, devido à sua falta de força para negociações bilaterais.

4.1 A relação do subdesenvolvimento com a teoria da interdependência

A visão interdependente possui hoje uma preocupação com as desigualdades geradas pelo modelo capitalista de desenvolvimento³⁸. Esta discussão é feita, pelos interdependetistas, através da revisão dos meios distributivos de renda e não de uma mudança estrutural do sistema produtivo.

³⁸ Na primeira e segunda edições do livro *Power and Interdependence* não havia tópicos a respeito da desigualdade. Porém, a terceira edição, de 2001, traz uma Quarta parte sobre a Globalização e a Era da Informação, dentro desta revisão analítica da evolução do mundo contemporâneo, especialmente após a Terceira revolução industrial – de cunho tecnológico e informacional – surgiu a preocupação dos autores com a falta de homogeneidade da divisão dos benefícios da globalização.

“In 1800, per capita incomes in rich countries were about four times those in poor countries; now they are about 30 times larger”³⁹. Identifica-se também que não houve avanços significativos no desenvolvimento econômico destes países, pois mesmo quando havia crescimento em um destes países este era acompanhado de crescimentos populacionais que consumiam os ganhos. Os benefícios da globalização foram pontuais: Gana, em 1957, possuía uma renda *per capita* 9% maior do que a Coreia do Sul, já hoje a Coreia do Sul tem uma renda trinta vezes maior do que a renda de Gana⁴⁰! Outro exemplo desta concentração de riquezas apresentada pelos autores é a de que os três maiores bilionários do mundo possuem juntos um acúmulo de riqueza que ultrapassa a renda anual de 600 milhões de pessoas nos países menos desenvolvidos. A concentração de renda pode ocorrer dentro de um país ou entre países, variando de acordo com países e/ou regiões⁴¹.

As condições, muitas vezes desumanas, as quais são submetidas às populações dos países mais pobres podem ocasionar instabilidades políticas que resultariam em prejuízo ao processo de globalização e de interdependência. A resposta de um povo oprimido será reacionária, considerando o sentido da evolução atual da humanidade, pois estes, vendo seus problemas como oriundos da globalização, tendem a se fechar.

Tendo em vista a tendência dos governos locais de controlar, tanto quanto possam, os efeitos da globalização, surge a necessidade de um governo que faça frente aos efeitos negativos da interdependência. A seguir apresenta-se a forma deste governo:

1. Unilateral state action within territorial boundaries to reduce vulnerability or adopt external standards to enhance competitiveness.
2. Unilateral action, by powerful states and blocs, to affect the actors of states, firms, and nongovernmental organizations (NGOs) **outside** their territories.

³⁹ Ibid., p. 254-255. “Em 1800, a renda per capita em países ricos era cerca de quatro vezes a dos países pobres; agora eles são cerca de 30 vezes maiores.” Tradução livre.

⁴⁰ Ibid., p. 255.

⁴¹ Para dados sobre a desigualdade nos países e entre países ver: MILINOVIC, Branko; YITZHAKI, Shlomo. Decomposing World Income distribution: Does the World have a Middle Class? World Bank. Março, 2001.

3. Regional cooperation to increase policy effectiveness.
4. Multilateral cooperation on a global level, forming international regimes to govern globalization.
5. Transnational and transgovernmental cooperation – involving “civil society” – to govern globalization in ways not involving coherent state action.⁴²

Em última análise, a interdependência identifica o subdesenvolvimento como reflexo das ações de repartição dos benefícios da globalização, mas ao mesmo tempo crê neste processo como sendo capaz de gerar desenvolvimento. A alternativa para estes teóricos seria uma melhor coordenação do processo de globalização onde todos se beneficiariam dele. Entretanto, como apontado na citação acima, eles crêem na possibilidade do controle da globalização através da ação coordenada dos Estados.

5 Conclusão

O discurso sobre a coordenação econômica visando a superação do estado de subdesenvolvimento é cada vez mais freqüente por governantes, organizações internacionais e sociedade civil. Contudo, este mesmo discurso possui elementos ideológicos reiteradamente propagados sem que se busque, em conjunto, modelos econômicos voltados para o desenvolvimento.

Ao analisar-se as estruturas de coordenação de poder dos Estados observa-se a desconsideração pelos interesses das nações industrialmente menos desenvolvidas e pela sobrevivência de suas populações. As nações mais ricas adotaram durante seu desenvolvimento sócio-econômico métodos de inserção e manipulação do sistema internacional de maneira que seus interesses fossem atendidos (realismo). Em seguida a consolidação de sua posição no cenário internacional, após evidenciarem a destruição causada pela II Guerra Mundial e após as mudanças sociais oriundas do fim da Guerra Fria, observou-se nas grandes potências a intenção da

⁴² KEOHANE; NYE, *Op. cit.*, p. 259. “1. Ação unilateral do Estado dentro das fronteiras territoriais para reduzir a vulnerabilidade ou adotar padrões externos para melhorar a competitividade. 2. Ação unilateral, por blocos e Estados poderosos, para afetar os atores dos Estados, empresas, e organizações não governamentais (ONGs) fora do seu território. 3. Cooperação regional para aprimorar a eficiência das políticas. 4. Cooperação multilateral em âmbito global, formando regimes internacionais para governar a globalização. 5. Cooperação transnacional e intergovernamental – envolvendo a “sociedade civil” – para governar a globalização de maneiras não envolvendo ações coerentes dos Estados.”

caracterização do cenário internacional de maneira a condizer com suas estruturas produtivas do final do século XX (interdependência). Em ambos os períodos as nações de industrialização mais avançada adotaram posições frente às relações internacionais onde prevalecesse sua força política. Conclui-se que o sistema internacional não foi e não é voltado para o desenvolvimento, sendo relegado aos povos subdesenvolvidos modos alternativos de superação do estado de subdesenvolvimento sendo este, infelizmente, consequência possível e não causa orientadora das decisões políticas.

Ressalta-se a tendência dos governos atuais a adotar modelos que submetam os interesses desenvolvimentistas de suas nações a chamada Nova Ordem Internacional. As genéricas noções de *interdependência* e *globalização* obscurecem as alternativas e os prendem aos modelos ditados por aqueles que já se desenvolveram. Entretanto, não observam que o modelo sugerido não foi seguido por eles. Quando estes países conseguiram crescer e se desenvolver, o fizeram através da força e do protecionismo, atos hoje proibidos a qualquer país periférico. A superação do estado de subdesenvolvimento só ocorrerá sob um sistema internacional que privilegie o desenvolvimento sócio-econômico global e não o cerceie em prol de interesses localizados. Se o modelo utilizado será adaptado dos existentes ou se construir-se-á algo novo cabe às sociedades que consigam ver a necessidade de um novo sistema.

REFERÊNCIAS

BETTELHEIM, Charles. Planificação e crescimento acelerado. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 5. ed. Brasília: UnB, 2000.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

HOBBS, Thomas. Leviatã, ou, A matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2000.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence. 3. ed. New York: Longman, 2001.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MACHIAVELLI, Nicollò. O Príncipe. 35 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MILINOVIC, Branko; YITZHAKI, Shlomo. Decomposing World Income distribution: Does the World have a Middle Class? World Bank. Março, 2001.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORGENTHAU, Hans. Uma teoria realista da política internacional. In: Braillard, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

POKROVSKI, V. S. História das Ideologias: decadência do feudalismo e revoluções burguesas. 4. ed. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.